

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Eles têm a força

Lira fez chegar aos partidos que eles precisam fechar um acordo para os comandos das comissões técnicas da Casa. Até aqui, só há acordo para a Comissão de Constituição e Justiça, para onde o PT já combinou a ida do deputado Rui Falcão (SP). Se não houver um entendimento para as demais, o PL vai arrematar pelo menos três das cinco primeiras pedidas.

União sem unidade

A reunião da bancada do União Brasil desta semana virou um rosário de reclamações sobre entrevistas do presidente do partido, Luciano Bivar (PE). O primeiro a levantar o tema foi o deputado Alfredo Gaspar (AL), ao dizer que não gostou de ver o presidente do partido dizer, em uma entrevista ao jornal *O Globo*, que mais cargos levariam mais deputados do partido a votarem com o governo. “É a primeira vez que vejo fisiologismo progressivo”, completou outro parlamentar.

Deixa disso

Bivar não estava na reunião. Coube ao líder Elmar Nascimento (BA) aliviar a barra do presidente do partido. Ele firmou o compromisso de marcar uma reunião da bancada com a comissão executiva para que os deputados falem diretamente com Bivar.

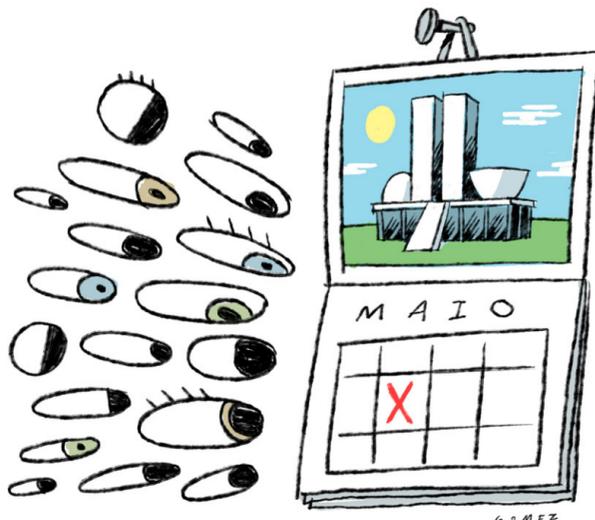
A hora da verdade

O governo fez as contas e considera que a base aliada só será testada mesmo em maio, quando vencem as primeiras medidas provisórias (MPs) assinadas por Luiz Inácio Lula da Silva. Até lá, os deputados acreditam que a pauta ficará ligada a assuntos em que o apoio ao presidente no Parlamento não será testado de forma tão consistente e o governo terá um tempo para observar como se dará a relação, uma vez que as emendas são de liberação obrigatória e o Palácio do Planalto perdeu o controle total.

Uma das principais MPs é a do Conselho de Administração dos Recursos Fiscais (Carf), colegiado no qual os congressistas tentam buscar um acordo para que o governo não seja o senhor absoluto dos julgamentos. O voto de qualidade acordado entre o ministro da

Fazenda, Fernando Haddad, e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não foi combinado com o Congresso. Logo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avisou que o acordo é bem-vindo, mas o Congresso tomará suas decisões independentemente.

Pelo sim, pelo não, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, acertou uma ida ao Congresso em 28 de fevereiro, a primeira semana cheia depois do carnaval, para começar a debater esse tema. Com essas incertezas sobre a base aliada, o governo não quer deixar essa MP correr solta. Melhor começar a negociar logo o mérito do que ficar dependendo de um toma lá dá cá que, talvez, não garanta os votos.



CURTIDAS

Michelle na área/ Em sua primeira reunião como presidente do PL Mulher, Michelle Bolsonaro juntou 12 deputadas na sede do partido. O ato que oficializará a posição da ex-primeira-dama na legenda será em março, mês do Dia Internacional da Mulher. As deputadas garantem que ela está “animadíssima” com a política.

Gilmar Félix/Agência Câmara



Quem avisa amigo é/ A deputada Rosângela Moro (União-SP, foto) anunciou em alto e bom som na bancada que não votará nada que for contra a Operação Lava-Jato. “Sou lavajatista. Fui eleita pelo princípio da Lava-Jato. Tudo que ferir a apuração de crimes de corrupção, votarei contra”, afirmou, conforme relatos de vários colegas de partido.

Campos Neto vai ligar/ O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, vai telefonar para Lira a fim de marcar sua ida à Câmara para falar sobre o trabalho do BC. Ele definiu que, logo depois do carnaval, vai à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Justifica-se essa primeira fala: é por lá que passa a aprovação dos diretores do BC.

Todo cuidado é pouco/ Tem alguém que tenta se passar pelo professor Paulo Kramer, que costuma produzir minicursos sobre ciência política. O sujeito oferece apostilas e vagas nas turmas virtuais. Não caia nessa. Kramer e sua secretária não dividem essa tarefa com ninguém. Nem pedem pagamento muito antecipado de cursos e apostilas.

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Ação contra postagem golpista

TikTok tira quase 10,5 mil publicações que incitaram violência, terrorismo e divulgaram mentiras desde o dia do ataque aos Três Poderes

» LUANA PATRIOLINO

O TikTok informou, ontem, que removeu 10.442 postagens que incitaram violência, terrorismo e disseminaram fake news entre a data dos atos terroristas contra as sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro, e o dia 15 do mesmo mês. O levantamento foi entregue ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, até agora, a plataforma de vídeo foi a única rede social que divulgou informações internas sobre os ataques dos bolsonaristas. A Meta — que controla Facebook, Instagram e WhatsApp — não divulgou dados sobre a tentativa de golpe de Estado. YouTube, Twitter, Telegram e Kwai também não se manifestaram.

Os números do TikTok constam em um comunicado assinado pelo diretor de Políticas Públicas da empresa no Brasil, Fernando Gallo. “Durante o período eleitoral, e também após a troca de governo, preparamos para uma série de cenários, como desinformação eleitoral danosa, compartilhamento de teorias da conspiração e ameaças de violência”, salientou.

E acrescentou: “Como o cenário no Brasil era único, também atuamos para remover conteúdo falso afirmando que não seria possível verificar, validar ou aceitar o resultado da eleição. Nossa preparação nos permitiu atuar de forma rápida para endereçar conteúdo danoso de maneira adequada no país”, ressaltou.

Segundo o TikTok, cinco links relacionados aos atos antidemocráticos também foram removidos, entre 8 e 15 de janeiro, por ordens judiciais do Supremo Tribunal Federal (STF). “Todas as ações e iniciativas desenvolvidas pela plataforma para conter o avanço e

propagação de conteúdos que tenham o potencial de prejudicar o processo democrático permanecem em andamento”, afirmou a empresa.

Parceria

O TikTok foi uma das plataformas que firmou uma parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições de 2022 para combater a desinformação. A empresa também informou, ontem, que entre 16 de agosto e 31 de dezembro, período da campanha até o fim da transição de governo, removeu 66.020 vídeos com fake news sobre o pleito. Do total de casos, 91,1% dos casos foram detectados proativamente e 79% excluídos sem que tivessem nenhuma visualização.

Em agosto de 2022, o Brasil tinha 61,6 milhões de contas ativas no TikTok — o maior número do mundo. A rede atrai, principalmente, jovens e crianças. Ainda sobre o período, a empresa afirmou que cumpriu 90 ordens judiciais para a remoção de 222 links — 52 partiram do TSE e 38 dos tribunais regionais eleitorais (TRES).

Na avaliação da advogada eleitoral Paula Bernardelli, a iniciativa da plataforma é necessária para preservar o Estado de Direito. “A atuação das plataformas é essencial para a preservação da estabilidade democrática”, afirmou.

Para o advogado Cristiano Vilela, especialista em direito público, o TSE acertou em cobrar das plataformas mais rigidez em relação ao conteúdo. “Os números apresentados pelo TikTok demonstram o efetivo sucesso dessa prática, muito embora deva-se reconhecer que é impossível eliminar totalmente esse tipo de prática”, apontou.

PCDF/Divulgação



Na mensagem, Washington anunciava a participação numa tentativa de golpe para beneficiar o ex-presidente

Terrorista escreveu a Bolsonaro

» INGRID SOARES

Preso por planejar um atentado a bomba no Aeroporto Internacional de Brasília, em 24 de dezembro, o terrorista George Washington de Oliveira Sousa escreveu uma carta a Jair Bolsonaro na qual anunciava o ato que cometeria e deixava claro que estava disposto a se engajar em atos violentos para forçar um golpe de Estado que mantivesse o ex-presidente à frente do país. O documento foi encontrado pela perícia da Polícia Civil nos rascunhos de anotações do celular do golpista, mas não se sabe se foi enviado.

Na mensagem, Washington afirma que havia adquirido armamentos por incentivo de

Bolsonaro. “Jamais desistirei de nossa pátria. O senhor despertou esse espírito em nós, o senhor sabe muito bem disso. Hoje, sinto orgulho da nossa bandeira, de nossa pátria amada Brasil”, escreveu.

O terrorista contou que veio para o acampamento golpista em Brasília, em novembro, após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O intuito, segundo ele, seria o de manifestar apoio violento a Bolsonaro.

Na carta, Washington ainda pede autorização ao ex-presidente para permanecer armado no acampamento montado em frente ao quartel-general do Exército “não para confrontar forças Militares, mas para nos defender”. Em depoimento à

policia, o golpista disse que queria derrubar o comunismo.

Em certo trecho da carta a Bolsonaro, ele repete um dos bordões do ex-presidente para defender o armamento da população. “Em quase todos os seus pronunciamentos, o senhor falou: ‘O povo armado jamais será escravizado’. Só (saio) daqui com a minha família, em pé, com a Vitória. Não me tire essa honra, senhor”, disse.

George Washington está preso preventivamente por tentar explodir um caminhão-tanque, abastecido com 63 mil litros de querosene de aviação, na véspera do Natal do ano passado. Ele instalou a bomba, o artefato foi detonado, mas não funcionou. O motorista, porém, viu o terrorista instalando o objeto e acionou a polícia.

» Ex-presidente terá cartão divulgado

A Controladoria-Geral da União (CGU) vai retirar o sigilo do cartão de vacinação de Jair Bolsonaro até amanhã. Adversário da imunização contra a covid-19, o ex-presidente — que disse não ter se vacinado — impôs sigilo de um século sobre o documento e alegou privacidade. Os registros do cartão de Bolsonaro deverão ser repassados, inicialmente, a pessoas que requisitaram os dados via Lei de Acesso à Informação. Na semana passada, ao ser questionado sobre a divulgação do cartão, o ministro da CGU, Vinícius de Carvalho, afirmou que dados pessoais de pessoas públicas poderão ser divulgados em determinadas circunstâncias.

» Gilmar garante decreto anti-armas

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu as ações em instâncias inferiores que contestam a legalidade do decreto do governo que restringiu o acesso às armas. Ao assumir, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou normas da gestão Bolsonaro que facilitavam a obtenção. Para Gilmar, o objetivo da medida é frear a “tendência de vertiginosa flexibilização das normas de acesso a armas de fogo e munições no Brasil enquanto se discute nova regulamentação da matéria”.